

CONTO PORTUGUÊS  
SÉCULOS XIX - XXI

3

ANTOLOGIA CRÍTICA

COORDENAÇÃO

MARIA ISABEL ROCHETA  
SERAFINA MARTINS

CONTO PORTUGUÊS (SÉCULOS XIX-XXI)

3

ANTOLOGIA CRÍTICA

**Coordenação**

Maria Isabel Rocheta  
Serafina Martins

**Apresentação**

Maria Isabel Rocheta

**Concepção gráfica**

P e Q  
design

**Capa**

Joana Mota Liz

**Colecção**

«Antologias do Caixotim»

**Impressão e Acabamento**

TEXTYPE/artes gráficas

Depósito Legal  
292 875/09

ISBN  
978-989-8100-40-5

© Edições Caixotim, Lda.  
Julho 2011

Apoio do Instituto Camões

Edição patrocinada pelo



# CONTO PORTUGUÊS

[séculos XIX-XXI]

3

antologia crítica

Camilo Castelo Branco - Manuel Teixeira-Gomes

João de Araújo Correia - Manuel da Fonseca

Maria Judite de Carvalho - José Saramago

Mário Henrique-Leiria - M. S. Lourenço

Mário de Carvalho - Maria de Menezes

Coordenação

MARIA ISABEL ROCHETA

SERAFINA MARTINS



## ÍNDICE

Apresentação 9



**Camilo Castelo Branco**

“Uma praga rogada nas escadas da forca” 15

Leitura por Ricardo Nobre 35



**Manuel Teixeira-Gomes**

“O álbum (conto grotesco)” 47

Leitura por Paulo A. Pereira 57



**João de Araújo Correia**

“O grande alfaiate” 73

Leitura por Maria Alzira Seixo 79



**Manuel da Fonseca**

“Sempre é uma companhia” 95

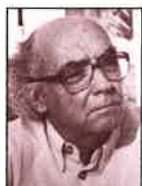
Leitura por Violante Magalhães 103



**Maria Judite de Carvalho**

“George” 115

Leitura por Maria João Amaral 121



**José Saramago**

“Cadeira”	145
Leitura por Carlos Reis	161



**Mário-Henrique Leiria**

“Saudade da infância”	173
Leitura por Conceição Pereira	177



**M. S. Lourenço**

“Sobre um tema de Ticiano”	187
Leitura por João Dionísio	191



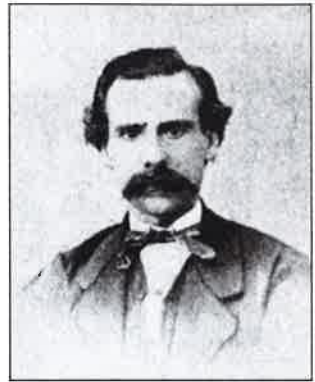
**Mário de Carvalho**

“Do concerto do mundo”	203
Leitura por Maria de Fátima Marinho	213



**Maria de Menezes**

“Estacionamento proibido”	229
Leitura por Cristina A. Ribeiro	241
Nota Bibliográfica	249



CAMILO CASTELO BRANCO nasceu em Lisboa em 1825, filho natural. Fica órfão de mãe aos 2 anos, perde o pai aos 10. Depois de viver em Vila Real com uma tia paterna (a Ritinha de *Amor de Perdição*), vai para Vilarinho da Samardã. De 1842 a 1845, frequenta o curso de Medicina no Porto. Fica pouco tempo em Coimbra, volta a Vila Real, mas regressa ao Porto em 1848. Jornalista, chega a ingressar no Seminário, que rapidamente abandona. Casado aos 16 anos com Joaquina Pereira de França (que morre em 1848), são conhecidos os casos amorosos com Patrícia Emília de Barros, Isabel Cândida Mourão e Ana Augusto Plácido (pondo-se em dúvida uma relação com a poetisa Maria do Couto Browne). Como Ana Plácido fosse casada com Pinheiro Alves, fogem ambos para Lisboa; Ana Plácido é detida e Camilo entrega-se à Justiça. Aguardam julgamento por adultério na Cadeia da Relação do Porto; ilibados, vivem em Lisboa até 1864, ano em que se fixam em S. Miguel de Ceide. Com problemas graves na vista desde 1881, Camilo Castelo Branco suicida-se, em 1890, sem esperança de cura.

Esta vida repleta de peripécias levou a que escritores como Alberto Pimentel (*O Romance do Romancista*, 1890), Teixeira de Pascoas (*O Penitente: Camilo Castelo Branco*, 1942), Aquilino Ribeiro (*O Romance de Camilo*, 1956), Agustina Bessa-Luís (*Fanny Owen*, 1979) ou Mário Cláudio (*Camilo Broca*, 2006) tenham escrito a sua biografia ou romances nela baseados. No cinema, refira-se *O Dia do Desespero* (1992), de Manoel de Oliveira, inspirado na vida de Camilo.

Enquanto escritor, tendo embora cultivado os modos lírico e dramático, e os géneros cronístico, historiográfico e biográfico, foi como romancista que se destacou nas letras portuguesas. As dezenas de novelas que publicou (mais de 50) costumam dividir-se, desde Jacinto do Prado Coelho (*Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*. Lisboa: IN-CM, 2001; 1.<sup>a</sup> ed. 1946), em novelas “do terror grosso” (as primeiras), morais, humorísticas, históricas e passionais (contemporâneas ou de actualidade). Os temas da novelística são muito diversificados, ainda que insistam em alguns aspectos, nomeadamente o amor e a paixão (fatal).

Do conjunto da produção literária camiliana, *Amor de Perdição* (1862) tem sido considerada a sua obra-prima. Nesta condição, a novela conheceu diversas adaptações ao cinema: *Amor de*

*Perdição*, António Lopes Ribeiro (1943); *Amor de Perdição*, de Manoel de Oliveira (1979); *Um Amor de Perdição*, de Mário Barroso (2008). *Mistérios de Lisboa* (1854) foi também adaptado ao cinema em 2010 (realização de Raúl Ruiz).

Na casa onde o romancista viveu quase 26 anos, em S. Miguel de Ceide, funciona desde 1958 a Casa de Camilo-Museu, entretanto sujeita a diversas obras de beneficiação. Junto da Casa Amarela, como ficou conhecida, situa-se o edifício, da autoria de Álvaro Siza Vieira, do Centro de Estudos Camilianos.

## Uma praga rogada nas escadas da força

CAMILO CASTELO BRANCO

Este romance não devera chamar-se “romance”. Desde que esta palavra é o atilho onde se enfeixam as mentirosas invenções do escritor fantástico, não há história verdadeira que possa, como tal, recomendar-se com aquele título.

Estes acontecimentos, expostos aqui, segundo o formulário romântico, e afeiçoados às leis do estilo romântico, são verdades que não deram brado, nem se gravaram na memória da geração que as viu e as não compreendeu.

Na vida moral da sociedade há fenómenos cuja causa ninguém estuda. No drama da família há lances que são do domínio do público, e o público não pode, ainda que o tente, explicá-los. Nas atribuições individualíssimas do homem há fases extraordinárias de sofrimento, que esta sociedade de entranhas cruéis lhe recrimina, reputando-lhas efeitos necessários das causas, consequências do crime voluntário.

A sociedade, a família, e o homem expiam incessantemente a culpa do homem, da família, e da sociedade. Opera-se uma contínua redenção do género humano. O homem é, desde o seu princípio, a vítima da culpa com o lábio colocado no cálix da agonia.

A vida sobre a terra é uma interminável expiação. Eu pago pelos crimes de meu pai, meus filhos expiarão meus crimes, e o último ser vivo da animalidade inteligente será o holocausto do primeiro homem criminoso.

É forçoso recorrer ao inconcebível, ao sobrenatural, ao misticismo da providência oculta para compreender o que vulgarmente se diz “fatalidade”.

Na história, que vai ser lida, é tão sensível esta necessidade, tão aterrado se sente o espírito diante dum facto consumado, que eu não tive escrúpulo religioso ou filosófico em subordinar um encadeamento de infortúnios duma família à *praga rogada nas escadas da força*.

## I

Bernardo da Silva era um filho bastardo de um nobre de Viseu. Do ventre materno passou à roda dos expostos, e daí aos cuidados duma pobre mulher de aldeia.

Aos dez anos não conhecia pai; e sua mãe, mulher do povo, arrastada sobre a lama da plebe toda a sua vida, morrera com o segredo do *nobre*, que se dignara descer até ela para honrá-la com desonra.

Bernardo, aos dez anos, era aprendiz de alfaiate, e de todos os seus companheiros era ele o mais desprezado, porque também era o mais preguiçoso.

O rapaz vivia triste como se a idade lhe permitisse compreender a dor imensa dum grande desastre. Lá dentro naquele coração infantil falava uma profecia fúnebre. Com os olhos sempre extáticos no horizonte negro do seu futuro, o pobre moço não tinha uma hora livre para o trabalho. Muitas vezes uma bofetada acordava-o daquele letargo; e o braço, que estava suspenso com a agulha, continuava a tarefa molhada de lágrimas.

Aos 13 anos era ainda um aprendiz de alfaiate, repellido deste para aquele mestre, desacreditado em todos, e inutilmente espancado por todos. Chamavam-no incorrigível, e ele mesmo conheceu que o era.

Abandonou a agulha, e foi servir em casa de Francisco de Lucena. Era aí, como em toda a parte, conhecido pelo "Bernardo *Enjeitado*". Nunca ninguém se lembrou de reputá-lo filho *d'alguém*: nem Lucena se lembrou, alguma vez, de que um de seus muitos filhos, atirados à roda, poderia ser seu laçao.

Bernardo era criado de tábua.

## II

Este ofício era-lhe mais generoso que o de alfaiate. Tinha muitas horas livres para a sua melancolia, e muitos escondrijos no amplo palácio de seu amo para refugiar-se duma sociedade que ele detestava sem saber porquê.

Este viver excepcional naquela classe galhofeira, estúrdia, e estragada, excitou a curiosidade dos seus companheiros, e, depois, a dos amos. Aqueles chasqueavam-no com desabrimento: estes admiravam-no por compaixão.

Bernardo chorava sem motivo. Sorria-se com violência. Era humilde com um não sei quê de estranha delicadeza. Destacava-se da sua classe com um ar orgulhoso, mas não calculado. Cumpria as suas muitas obrigações, e ninguém sabia quando as cumpria. Estas qualidades, raríssimas vezes encontradas num laçao, tornavam-no assunto de estudo para os amos, que principiavam a interessar-se na análise daquele obscuro enjeitado.

Guardadas as inauferíveis distâncias que separam o senhor do servo, os fidalgos souberam que Bernardo desejava muito saber ler, e gastava a maior parte da noite soletrando o abecedário, e decorando as lições que o mordomo da casa lhe dava nas horas de desenfado.

Qualquer que fosse o impulso que a isso o levou, é certo que o amo, por um nobre impulso, permitiu que o rapaz fosse a uma escola, e para isso aliviou-o dos encargos de moço de tábua, e levou-o à jerarquia de escudeiro do menino mais velho.

## III

Um ano depois, Bernardo fizera admiráveis progressos. Lia com inteligência do que lia; escrevia com acerto, e aprendera só consigo a gramática portuguesa, visto que seus amos lhe não tinham permitido esta segunda parte dos seus estudos. Seria um caprichoso luxo permitir ao servo ciência que os amos não tinham! O muito ilustre Francisco de Lucena não daria o menor dos seus galgos pela vasta ciência do Lobato. E, talvez, tivesse razão.

Em casa de fidalgos desta bitola, quando um criado adquire a confiança dos amos, há sempre para isso uma de duas razões. Ou o criado, devasso como eles, encobre astuciosamente as devassidões dos amos; ou se torna estimável pelo zelo honroso com que procura encobrir-lhas, já que não pode repreender-lhas.

Bernardo estava na segunda razão. Os filhos de Lucena eram livres e desmoralizados a não poder ser mais. Quiseram captar a benevolência do servo, não para aconselhá-los, que não desciam eles a isso, mas para acompanhá-los em empresas difíceis, daquelas em que o braço do plebeu é muitas vezes a salvação das costas do fidalgo.

Não o conseguiram nunca; mas também não tiveram de arrepender-se da confiança desse convíte. Bernardo exercia uma influência admirável sobre os

nobres libertinos. Era a superioridade da inteligência. Ouviam-no, e maravilhavam-se do acerto das suas ideias, e da linguagem escolhida com que o enjeitado se saía! O facto de ser enjeitado era em Bernardo, talvez, um motivo de superstição naquela casa. Se ele fosse reconhecido filho dalgum *borra-botas*, como em linguagem nobiliárquica se chama um plebeu, decerto lhe não dariam a importância de o considerarem pela inteligência. Mas o mistério, a possibilidade de ser vergôntea infeliz dum tronco ilustre, cingiam-lhe a fronte dum auréola entre nuvens, que poderia talvez, mais tarde, dissipar-se, e deixar na plenitude da sua luz aquele fruto do amor criminoso dalguma raça nobilíssima, mais ou menos aparentada com os Lucenas!

Tudo isto era possível; mas o que eles julgariam, entretanto, impossível, é o que vai ler-se.

## IV

A família que Bernardo servia compunha-se de pai, mãe, três filhos, e uma filha, de todos os irmãos a mais nova. Por então contava quinze anos. Era bonita, mas pobre. Os morgados não a pediam; os filhos segundos também não; e a sensível menina precisava amar, porque o seu coração era da têtpera daqueles que não sabem conceber somente o amor com a condicional do casamento.

Eulália não tinha a mais superficial tintura de instrução, e por isso não podemos, em boa fé, chamar-lhe romântica. Não era janeleira, nem rapinhava da papeleira dos irmãos o perfumado papel cetim para depósito de sensaborias amorosas, e por isso não podemos chamar-lhe douda.

Era uma mulher, e nisto está dito tudo.

Este Bernardo é que realmente se parecia muito com os nossos poetas de aspirações ferventes e meditações profundas. Mas não era impostor, nem romanticamente parvo. O rapaz tinha uma alma como poucas, e uma tristeza inconsolável como nenhuma. “A minha organização — dizia ele — é um aborto, uma enfermidade incurável.”

Eulália simpatizava com aquela tristeza, e com a figura do rapaz. Achava-lhe traços de semelhança com seus irmãos, e via nele o que ela chamava “cara de pessoa de bem”. E, conquanto eu deteste esta maneira de classificar as caras,

porque não conheço as “caras de pessoas de mal”, tenho-me visto em circunstâncias forçadas de dizer o mesmo, porque há neste vale de lágrimas umas caras que não exprimem bem nem mal, e essas são as piores caras.

Bernardo não se lembrou nunca de fazer sentir à cozinheira da casa, e menos se lembraria de acender o fogo do amor no ilustre coração dum Lucena, com quem em toda a sua vida falara três vezes.

Eulália passou da doce simpatia ao amor abrasado, e do amor abrasado à paixão violenta. Por mais finos e eloquentes olhares que a fogosa menina lançou ao escudeiro, o escudeiro ou não dava por eles, ou explicava-os de qualquer modo, contanto que não ousasse ensoberbecer-se daquele affecto disparatado. E Eulália desesperava-se!

## V

Francisco de Lucena espreitava a oportunidade de empurrar a filha para fora de casa. Aspirou, primeiro, aos morgados; mas encontrou-os pouco apreciadores de formosura e fidalguia. Recorreu, depois, aos burgueses ricos, e encontrou um negociante de alto bordo, que recebeu a proposta com afabilidade e trabalhou desde logo em levar a fim um casamento que permitia aos filhos de seu filho apelidarem-se Lucenas.

O pai anunciou à filha o seu rico futuro, e encontrou-a fria. Apresentou-lhe o noivo, e viu-a enjoada. O noivo, porém, era um rapaz de fina educação, dalguma inteligência, de brios que o ouro lhe estimulava, e de orgulho superior à sua classe, porque, há 50 anos, a classe comercial era muito humilde, suposto já trabalhasse para esta época de barões comerciais, que, digam lá o que disserem, é o mais palpitante triunfo da democracia. Para me não meter em graves questões sociais, entenda-se que D. Eulália repeliu a felicidade que seu pai lhe anunciara com tanto júbilo, e declarou-se sentimental, por tempo de quinze dias, fechada no seu quarto, sem querer ver sol nem lua.

Mas o pai apoquentava-a, sempre que podia, pintando-lhe a mesquinhez do seu futuro, e a pobreza de sua legítima, que orçaria talvez por três mil cruzados. E era isto verdade.

## VI

E o pior era que o tal João Leite, noivo repellido, ficou amando desesperadamente D. Eulália. Ferido no seu amor-próprio, e envergonhado de tão má estreia, instava com Francisco de Lucena, lançando-lhe em rosto a imprudência com que viera roubá-lo à sua tranquilidade, não podendo contar com a obediência de sua filha. Esta maneira de acusar vexava Francisco de Lucena, porque era pôr em dúvida o seu poder paternal, e chamar-lhe fraco, imputação que ele odiava ainda mesmo que se tratasse de vencer a repugnância de uma fraca menina.

Redobravam as mortificações, e Eulália, imóvel como o seu infeliz amor, oferecia-se de bom grado à vingança paternal, mas dizia, em linguagem trágica, que só reduzida a cadáver passaria para a posse do tal miserável, que não tinha vergonha de perseguir uma mulher que o desprezava. O pai realizou o dito popular: “casar, ou meter freira”. Eulália optou pelo segundo, e os preparativos para entrar no convento principiaram.

O amor faz a mulher varonil. Temos visto almas de lama apresentarem uma energia corajosa, quando o tónico do amor lhes vibra as cordas embrionárias dum coração, que parece arfar de improvisado ao repentino choque, ao rapto da paixão violenta.

Nas vésperas da sua entrada no mosteiro, Eulália escreveu três cartas. Uma a seu pai. Dizia-lhe que amara um só homem e viveria desse amor desgraçado toda a sua vida.

Outra ao escudeiro. Dizia-lhe que tivesse compaixão dela, e chorasse uma lágrima em troca das que ela chorara, e choraria até à morte.

Outra ao seu implacável pretendente. Dizia-lhe que o amaldiçoava com todo o ódio do seu coração. Que lhe atirara à cara com um *não*, e nem assim o envergonhara de continuar a perseguir uma mulher.

Esta correspondência conservou-a Eulália até ao momento em que transpôs o limiar do convento. O seu primeiro acto foi dar-lhe o destino competente. Depois, chorou, chorou, e atraiu em volta de si os carinhos da comunidade que a mortificava com as suas frias consolações.

## VII

Francisco de Lucena recebeu com espanto semelhante carta.

Bernardo da Silva embruteceu-se ao ler a sua.

João Leite deu quatro murros numa mesa, e sentiu-se suspenso no ar por uma legião de demónios raivosos.

Cada um fez seu papel; mas todos três reunidos deviam formar um grupo digno da melhor caricatura inédita!

Francisco de Lucena correu ao locutório do mosteiro, e fez ali aparecer imperiosamente a filha.

Quis forçá-la a declarar o nome do homem que a preocupara até a fazer má filha. Não lhe arrancou a menor revelação. Foi por outro caminho para chegar ao seu fim. Fez-se sentimental; lamentou, como bom pai, as paixões invencíveis duma filha que se preza com extremo carinho; contou histórias análogas, que acabavam todas por casamentos desiguais, mas nem por isso menos venturosos. Pediu a sua filha o nome desse homem que a impressionara, e fez-lhe antegostar a possibilidade de casar-se, se não viesse dali uma absoluta desonra para a sua família.

O amor faz heróis, mas também faz patetas. Eulália desceu da sua altiva energia ao raso da toleima. Declarou o nome... o nome de quem? o nome, sem nome, do enjeitado, do aprendiz de alfaiate, do lacaio, do escudeiro!...

Que horror!

Nunca se viu um solavanco mais desamparado que o salto de tigre que Francisco de Lucena deu contra a grade que o separava da filha! Por Deus! que a esgana se lhe chega! A pobre menina, arripiada como quem vê um lobo com as fauces vermelhas, e as unhas recurvas, fuge pelo dormitório, e fecha-se no quarto.

## VIII

Lucena correu a casa com os olhos injectados de fogo. Precisava duma vítima! Encontrou no caminho João Leite, mas este não podia justificadamente ser sua vítima. João Leite mostra-lhe a carta que recebera de Eulália. Isto foi exacerbá-lo. “Não se lhe dê de ser repellido por essa infame — lhe disse ele.

— Eu vou provar-lhe que sou pai!... Essa mulher amava um escudeiro... um laçao... um *enjeitado*...”

Entrando em casa, procurou o “enjeitado”. Encontrou-o ainda estupidamente absorvido na meditação daquela carta. A entrada rápida que fez no quarto não deu tempo a que Bernardo escondesse a carta que tinha aberta nas mãos trémulas. Lucena arrancou-lha com uma convulsão de raiva superior à fúria dum demente. Passou-a pelos olhos, e, sem articular um som, lançou mão duma cadeira, e, à segunda pancada, Bernardo tinha a face coberta de sangue. Era um sangue inocente que reclamava justiça. Era um sangue inocente que pedia a intervenção de Deus. A justiça, filha legítima do céu, virá mais tarde salpicar daquele sangue a face de quem o derramava.

Bernardo, ferido, e pisado de sucessivas pancadas, não pronunciara uma só palavra durante este infernal martírio. Impellido por pontapés, foi lançado fora da porta do quarto. As forças faltaram-lhe. O sangue corria a jorros. Esvaiu-se-lhe a cabeça, e caiu.

O fidalgo chamou dous criados, e mandou pôr aquele homem fora da porta. Era ao anoitecer. O enjeitado foi arremessado à rua. Quando recuperou os sentidos, achou-se frio. Ergueu-se. Olhou com os olhos da alma para a sua consciência, e sentiu pela primeira vez vontade de sorrir da sua desgraça pelos lábios molhados de fel.

E riu-se. Era um sorriso semelhante ao dos anjos. As almas que podem sorrir assim são as que Deus elege para a santidade da bem-aventurança.

## IX

Bernardo procurou um refúgio em casa de uma mulher pobre que o tratara sempre com amor, matando-lhe a fome, quando a aprendizagem de alfaiate lhe não valia o pão de cada dia. Esta mulher fora ama da roda no tempo em que Bernardo lá fora lançado. Supunha ela que talvez o tivesse alimentado ao seu seio por algumas horas, e esta só conjectura atraía-a para ele com instinto maternal.

O enjeitado curou-se dos leves ferimentos, e pediu a Deus que lhe inspirasse um destino. Esperou.

Em Viseu falava-se muito deste sucesso, divulgado por Francisco de Lucena, e por João Leite.

Bernardo era procurado para ser punido, e quem mais diligências fazia para isso era o juiz de fora Paulo Botelho.

O honrado moço, quando se viu na penosa situação de agenciar a sua vida, por não poder sair da pobre casa em que vivia, impellido pela sua inocência, procurou o juiz de fora, e expôs-lhe com a mais eloquente naturalidade a injustiça com que fora maltratado, e com que estava sendo perseguido.

Paulo Botelho quis espancá-lo com um chicote por ter tido a audácia de entrar em sua casa sem ferros aos pés. Olhou em redor de si procurando um aguazil para fazê-lo prender traiçoeiramente; mas o generoso mancebo, adivinhando-lhe as intenções, disse que não precisava fingir-se; que ele dava a sua palavra de honra de não retirar da casa em que estava vivendo, e que mandasse sua senhoria capturá-lo quando quisesse. O juiz riu-se da *palavra de honra* na boca dum criado de servir, a mandou-o embora, por não ter a propósito um meirinho.

Bernardo encontrou ao retirar-se, nas escadas do ministro, João Leite, que apeava duma liteira, segundo o uso dos nobres, comprado pelo ouro do burguês opulento.

João Leite fixou-o com ar de soberano desprezo, e perguntou-lhe:

— És tu o laçao de Francisco de Lucena?

— Fui o laçao do sr. Francisco de Lucena — respondeu Bernardo com dignidade.

— E tens o atrevimento de aparecer entre pessoas de bem?

Bernardo sufocou uma resposta amarga, e fez uma continência respeitosa para retirar-se.

— Vem cá, miserável! — tornou João Leite — tu és o amante da filha do teu amo?

— Respeitei-a muito, por ser a filha de meu amo, enquanto o servi. Hoje respeito-a, porque lhe não conheço a menor falta que a desonre!

— Nem ao menos a desonra de receber as tuas afeições, laçao!

— Eu não lhas ofereci nunca, senhor.

— Ofereceu-tas ela, sevandija?

— Não, senhor.

— Mas ela escrevia-te...

— Sem ser criminosa, por isso...

— Então achas que não é crime escrever a um bandalho?

— Será, se v. s.<sup>a</sup> o quer...

— Tenho pena de seres um réptil que faz nojo esmagar com a sola da bota! Se tivesses um nome...

— Tenho um carácter, senhor!

Bernardo respondeu com altivez; João Leite riu-se com desprezo, e olhando-o da cabeça aos pés, replicou:

— Tu sabes que não podes ter carácter, enjeitado!?

— Então, terei um braço...

— Um braço! — atalhou o fidalgo em projecto, imprimindo-lhe um valente pontapé, que o fez descer três escadas maquinalmente.

Bernardo assumira toda a dignidade do homem de coração ultrajado. João Leite achou-se comprimido entre os braços do *sevandija* que ele supunha fugir ao primeiro pontapé para evitar o segundo.

Quis desfazer-se, de pronto, deste empecilho, e não pôde, porque os pés falsearam-lhe, e as costas bateram-lhe com todo o peso sobre os degraus de pedra. Tirou rápido de um punhal, e roçou com ele duas vezes sobre o braço direito de Bernardo, que o desarmou, no acto em que uma terceira punhalada lhe resvalara no peito. O enjeitado sentiu-se ferido: vacilou um instante na resolução que se debatia entre o homicídio e o perdão. Venceu o primeiro. Aquele punhal tinto de sangue inocente, pela segunda vez, derramado, entrou no coração de João Leite, e matou-o.

Isto foi obra dalguns segundos. João Leite gritara nas convulsões da morte; acudiram os criados, e encontraram Bernardo da Silva, de braços cruzados ao pé do cadáver, que vibrava nos seus derradeiros estorcimentos.

Paulo Botelho também acudiu. Primeiro recuou aterrado: depois gritou “matem esse homem!” E vendo que ninguém de pronto lhe aceitava o diploma de assassino, mandou-o carregar de ferros.

Bernardo caminhou para o cárcere, com a frente altiva, com nobreza de passo, com serenidade de consciência a maneiras dum príncipe, segundo a linguagem popular dos que o viram.

## X

Foi processado. Paulo Botelho desenvolveu uma espantosa energia no andamento desta causa crime. Erguia-se todos os dias, sófrego de escrever uma sentença de força.

Os depoimentos eram todos contrários ao infeliz. Um só homem protegeu esse preso; sabia-se que era um ancião que lhe levava umas sopas diariamente, e palavras consoladoras de esperança sem esperança.

Eulália, sabendo estes acontecimentos até à véspera do dia em que o escudeiro devia ser condenado, requereu que queria ser ouvida em juízo. Não lhe admitiram o seu depoimento. A pobre menina, inspirada da eloquência do martírio, entrou um dia no coro, quando a comunidade orava, e invocou o testemunho de Jesus Cristo, exclamando, de modo que a escutasse o povo que estava na igreja:

“Declaro que esse infeliz homem, que vai morrer, depois de martirizado por meu pai, e apunhalado por um homem que eu desprezei, declaro diante de Deus e dos homens, que esse infeliz nunca me disse uma palavra só para que eu o amasse. Fui eu que o amei, fui eu que lhe escrevi, quando entrei neste mosteiro, fui eu que o fiz desgraçado, mas em recompensa hei-de amá-lo toda a minha vida, e hei-de unir-me a ele na presença de Deus!” Era uma demência!

Foi grande o assombro dos que a ouviram. O eco deste grito chegou aos ouvidos de Paulo Botelho, que estava presente; mas a sua alma fora cerrada pela mão corrupta do ouro. O povo murmurava, e dizia que não havia de ser enforcado o escudeiro.

Pobre povo, naqueles dias, se tentasse tirar das mãos dum juiz o seu instrumento inauferível, o carrasco!

## XI

Bernardo foi condenado à pena última. Ergueu-se uma força nas proximidades do delito, entre a casa do juiz, e a de Francisco de Lucena.

Eulália exaltara-se no martírio até causar receios de loucura. Inspiravam-se de uma dor de morte as exclamações pungentes que soltava a cada ruído que ouvia semelhante ao arranco retraído dum justicado. O espectáculo da força era

a sua ideia fixa, desde o momento que uma religiosa imprudente lhe anunciou o destino de Bernardo da Silva.

A infeliz, na madrugada do dia da execução, fugiu da cela com os cabelos em desordem, com as faces chamejantes de febre, com os olhos embriagados de delírio, e com o coração a estalar-lhe de uma dor que a endoudecia.

Chegando à portaria não houveram forças humanas que a contivessem. Os ferrolhos cederam ao impulso duma fraca mulher, forte da sua desesperação; e esta virgem, com hábitos de noviça, e bela, na sua agonia, como um corpo epilético que se levanta amortalhado do esquife, corria por entre as multidões que principiavam a aglomerar-se para testemunharem o desconjuntar dos ossos do pescoço dum padecente entre as mãos do carrasco, seu irmão, ambos filhos do mesmo Deus, ambos remidos pelo sangue do mesmo Cristo.

Viram-na as multidões passar; muitos a conheceram: alguns pronunciaram o seu nome, mas aquela pomba, ferida de morte, era um cadáver que se movia impellido pelo choque da pilha galvânica.

Erguera-se um alarido na cidade. As turbas corriam na direcção da infeliz, a quem chamavam douda; mas não ousou alguém embargar o passo àquela mulher que parecia fascinar com a majestade da sua demência.

Os que a seguiam esperavam vê-la entrar em casa de seu pai. Enganaram-se. Eulália subiu as escadas de Paulo Botelho, e entrou no salão onde fora lavrada a sentença de cada falso para Bernardo da Silva.

Paulo Botelho estremeceu na cadeira, quando viu aquele alvejar de uma larva, ajoelhada nos degraus da tribuna.

Deu-se um profundo silêncio de alguns minutos.

Eulália já não podia coordenar as ideias que poucos dias antes clamara no coro. O sorriso da loucura, o gemido sufocante, uma lágrima embebida logo no ardor das faces, e algumas palavras entaladas, e apenas inteligíveis, eram alternativas que a tornaram mais lastimável durante alguns minutos.

A mulher e três filhas de Paulo Botelho, que a viram entrar, correram ao tribunal, e quiseram arrastá-la dali. Era impossível. A estátua parecia chumbada sobre o seu túmulo.

A família do juiz julgou conveniente empregar o insulto como solução. Falavam do justicado com certa náusea, que elas supuseram ser o bálsamo para a ferida mortal de Eulália. Paulo Botelho, coadjuvando as razões da sua família,

cobria de impropérios afrontosos o homem que, pouco depois, havia de perdoar as injúrias com a cabeça no laço da forca.

A exaltação affitiva de Eulália tinha tocado o ponto culminante da morte, ou da alienação irremediável.

— Inocente! Inocente! — eram os gritos únicos, as derradeiras palavras que os lábios daquela mulher tinham de proferir.

## XII

Neste momento entrou um homem que redobrou o espanto. Era Pedro Leite, pai de João Leite.

Este homem fez sinal de querer falar. Atenderam-no todos com religioso respeito.

As suas palavras foram estas:

— Perdoo ao assassino de meu filho! O sangue desse homem cairá sobre a minha face! Matou defendendo-se dum agressor infame! Senhor juiz de fora, requeiro a suspensão da execução da sentença. Eu sou parte, e declaro inocente o réu!

Seguiram-se minutos duma estupefacção natural. Eulália voltou os olhos para o homem que falara, quis arrastar-se de joelhos aos pés dele; não pôde; a impressão devia matá-la, ou ressuscitá-la... desmaiou a meio caminho.

O juiz era o algoz moral criado pelo ouro, assim como o carrasco físico fora criado pela lei. Não podia eximir-se a pegar do cutelo, e seguir seu caminho.

— É tarde! — respondeu ele.

— Não é tarde! — replicou Pedro Leite, e continuou com solene exaltação: — Tarde, senhor juiz, é depois que o tribunal do mundo se fecha atrás daquele que vai entrar no tribunal de Deus! Tarde, é quando um juiz de entranhas ferozes se apresenta no banco dos réus condenados com a face borrifada de sangue inocente!

— Basta! — exclamou Paulo Botelho com autoridade.

— Pois sim... basta! mas, abaixo de Deus, invoco o testemunho das pessoas que me escutam. Declaro que lavo as mãos deste sangue inocente que vai ser derramado!

O povo murmurou com acanhamento, com a consciência cobarde da sua nulidade, mas balbuciou não sei que palavras que irritaram o juiz.

— Não se trata só de punir o assassino de João Leite! — exclamou o juiz — trata-se de castigar a afronta que recebeu um nobre, feita por um laçao que ousou levantar olhos de amante para sua filha!

— Não, não! — gritou Eulália, erguendo-se com ímpeto, com as mãos postas, e caindo outra vez sobre os joelhos.

O cínico já não tinha coragem para tanto! Soara a hora do último mandato ao carcereiro. Expirara o último instante de oratório.

— Cumpra-se a lei!

Disse o juiz, e fez menção de retirarem-se as ondas de povo que tinham concorrido em tropel, chamadas pelos gritos de Eulália, e pelo perdão público de Pedro Leite.

Eulália foi conduzida em braços para o interior da habitação do juiz.

## XIII

A procissão onde a impudência colocara um Cristo, o Deus da caridade, nas mãos dum padecente, que ia ser esganado!... a procissão, onde se via um homem de túnica branca, um algoz de cutelo e alcofa, alguns sacerdotes dum Deus misericordioso!... a procissão descia terrível de repulsiva solenidade para o açougue daquela rês! A tumba da misericórdia fechava aquela orgia de sangue! Era um insulto a Deus! o cadáver dum homem atirado à face do Criador! um escárnio satânico à inteligência, e ao coração da humanidade!

O préstito parou na praça do sacrifício.

Bernardo com os olhos fitos no céu via nascer a risonha aurora da eternidade. Sorriam-lhe os anjos, e a justiça de Deus mostrava-lhe o seu regaço. A morte do justo era um crepúsculo de nova existência a alumiar-lhe o rosto. Inspirava devoção aquele seu santo sorrir para o seio do céu que se lhe abria! Trazia nas mãos a imagem do Redentor; mas lá em cima via ele o Espírito Criador, a grande alma, onde se refugiam as almas dispersas na face deste mundo, e perseguidas pelo demónio da ira, e da vingança, eternamente encarnado no homem, a quem a sociedade entregou o azorrague da flagelação do virtuoso.

Bernardo caminhava a passo firme para a escada da força. Estavam contraídas as respirações. Um gemido, menos sufocado, podia ser ouvido por quinze mil almas que vieram a contemplar aquele aparelho de morte, segundo a lei, *formulada pelas inspirações do Evangelho!* pelo código dos perdões! pelos preceitos do Filho de Deus que morrera, perdoadando!

## XIV

Através da multidão abriu-se uma clareira para deixar passar um homem, que devia representar um principal papel naquele festim da lei.

Convergiram todas as atenções para aquele ponto.

Era Pedro Leite — ainda o pregoeiro da inocência de Bernardo, com a face cadavérica das longas noites que chorara sobre o túmulo de seu filho único.

Quem disse a este homem que Bernardo da Silva era um inocente?

Que força oculta o arrasta a abençoar nas escadas da força o assassino de seu filho?

Fenómenos ocultos da Providência! A voz de Deus, soando pelos lábios do mistério! Explicai-me as operações de Deus, e eu vos explicarei a inspiração sobrenatural que obriga a balbuciar o perdão os lábios, que beijaram morto um filho estremecido...

Pedro Leite aproximou-se do justicado. Ninguém lhe embarçou o passo.

Cheio de majestade, de poesia fúnebre, e de santo terror, falou assim:

“Eu venho pedir o seu perdão à beira do patíbulo. Fui eu que o arrastei até ao tribunal em que foi condenado; mas não sou eu que o arrasto aqui. Bradei em favor da sua inocência. Pedi, há momentos, a suspensão deste acto, em que a minha dor será mais... muito mais prolongada que a sua. Não me ouviram: impuseram-me silêncio, e mandaram-me sair do santuário da lei, que resfolegava sangue pela boca do seu sacerdote.

Venho pedir o seu perdão nas escadas da força, e vazar o fel, que me devora a consciência, na consciência do juiz implacável que pede a sua cabeça a altos gritos!”

Ouviu-se um prolongado murmúrio. Era a onda popular que refervia sopeada entre as rochas da sua impotência moral, naqueles dias, em que o sangue dum plebeu continuava a operação regeneradora do sangue de Jesus Cristo.

Bernardo ouviu com presença de espírito a exclamação de Pedro Leite.

“Eu lhe perdo!”

Foram as suas palavras únicas.

Choraram-se então muitas lágrimas. A piedade teve uma explosão, que as cronhas dos soldados reprimiam. As turbas queriam rasgar o quadrado para arrancarem da morte um santo. Este conflito foi serenado por outro mais sublime. Ouviu-se uma voz. Viu-se um homem que sobressaía entre as moles populares. Era o velho, protector único de Bernardo da Silva, durante a sua prisão. Poucos o conheciam.

Foram estas as suas palavras:

“Nobre senhor Francisco de Lucena! vem ver teu filho que morre enforcado! Nobre senhor Francisco de Lucena! vem ver o filho da mulher que desonraste, como é nobre nas escadas da forca! Nobre senhor Francisco de Lucena! vem ver teu filho, o filho de minha filha, que borrrifa os teus pergaminhos com o teu sangue ilustre!”

E calou-se. Calaram-se todos. E aquele homem lá estava erguido como o anjo dos túmulos à espera que Deus mande quebrar a lousa duma mulher que aí falta nesse trance aflitivo!

Essa mulher morrera, desonrada, sufocada pela mão da ignomínia, a que a soberania fidalga de Francisco de Lucena a abandonara.

Esse ancião era o pai dessa mulher, único que recebera em seus braços o filho da desonra, único sabedor daquela existência, que acompanhou sempre, porque lhe marcara um braço com uma cruz. Desde o ventre à forca, de longe, desconhecido, com o segredo da desonra de sua filha abafado no coração, este homem seguira os vestígios do neto, sem declará-lo nunca, porque um apelido ilustre não o salvava a ele duma *ilustre* ignomínia.

Que impressão fez este homem nas turbas? A do espanto. Mas, momentos depois, chamavam-lhe DOUDO. Por ordem do juiz de fora ia ser preso o demente. Aproximou-se a justiça de el-rei. “É doudo...!” dizia o meirinho ao lançar-lhe a mão.

“*Não é doudo... é MORTO...*” responderam algumas vozes.

Morto, sim!

## XV

la consumir-se aquele enredo de peripécias terríveis.

Bernardo pôs o pé direito na última prancha da forca. Voltou-se para o povo. Brillou-lhe na face o clarão dum outro mundo. A sua voz era melodiosa como o cântico do anjo da morte suavíssima; mas naquele todo via-se a terrível majestade do anjo do dia final. As suas últimas palavras foram estas:

“Ouvide a praga dum padecente, rogada nas escadas da forca: QUE A JUSTIÇA DE DEUS SE CUMpra NA PRESENÇA DOS HOMENS!”

.....

O povo voltou o rosto do aspecto hediondo duma face injectada de sangue negro. Outros viram-lhe uma onda de luz cingindo a fronte. Nesse momento ajoelharam muitos justos pedindo ao espírito do justicado a sua protecção na presença de Deus!

## CONCLUSÃO

Passaram quinze dias.

Eulália de Lucena recuperara o juízo, e entrara no mosteiro. Um ano depois, professara. A sua vida foram três anos de adoração extática. Ouviram-na murmurar palavras celestes, como em diálogo. Dizia-se que um anjo devia de aparecer-lhe naqueles arrobamentos. Chamavam-lhe santa, e adoraram-na morta.

Passados quatro anos, Francisco de Lucena, sempre afastado de sua filha pela mão do remorso, morreu de repente no mesmo local em que fora hasteada a forca.

Simão Botelho, filho de Paulo Botelho, dera um tiro em seu pai. O pai quis sentenciá-lo: deu-lhe sentença de forca, que depois lhe foi comutada em degredo perpétuo. Apenas desembarcou em Cabo Verde, abriu-se-lhe uma sepultura.

Paulo Botelho, desembargador aposentado, dez anos depois, morria à vigésima quinta punhalada que recebera, por não dar exactas informações dum pecúlio de cinquenta mil cruzados, que guardava em uma quinta nas vizinhanças de Vila Real.

A mulher de Paulo Botelho morria douda no hospital de S. José um ano depois.

Restavam três filhas de Paulo Botelho.

Foram devassas até ao escândalo de serem arrastadas a um recolhimento por expresso mandado régio.

Uma apareceu morta num aqueduto por onde procurara evadir-se.

Outra casou com um homem que a retalhou de martírios.

A terceira enforcou-se no batente de uma porta.

A JUSTIÇA DE DEUS CUMPRIU-SE NA PRESENÇA DOS HOMENS.

A praga do justicado nas escadas da força teve o seu complemento no género de morte que a última pessoa daquela família se dera.

Forca por força.

.....

Tendes a curiosidade das averiguações? Procurai em alguns cartórios de Viseu a sentença pronunciada entre 1776 e 1780.

#### REMATE

Não sou contumaz, nem me ufano de relapsia.

De tudo que disse me desdigo, se algum inquisidor intolerável deparar aí heresia, contra-senso, atrevimento ou cousa que dúvida faça contra Pluto, único deus da única religião cujo código penal me intimida.

Há cousas incríveis neste volume? É que eu, e os meus amigos literatos, poetas, jornalistas, e até redactores encartados de necrológios sabemos passagens que arripiam carnes e cabelos. Se o siso comum as não adopta, é que os cronistas do tempo formam, à parte, um *status in statu*, cousa ininteligível aos que não sabem latim, por grande fortuna sua.

Neste sanhedrim há uma moral, estragada se o quiserem, mas os evangelistas, que a propagam são Catões, contanto que os não obriguem a inquietar a sadia tranquilidade dos intestinos. Aqui, não se sacrifica um dedo a uma pisadela, porque não vale a pena.

É necessário escrever, visto que há leitores.

Eu, e os meus correligionários, se até hoje não temos irradiado sobre a humanidade ondas de luz, é porque a humanidade precisava ser, primeiramente, operada na catarata. O luzeiro da civilização aqueceu, não há muito, a concha em que, por aqui, se escondiam muitos moluscos morais, que vão saindo agora a espanejar-se ao sol.

Não quero dizer que os moluscos passassem a articulados. Pode muito bem ser que o leitor, ou leitora sejam ainda legítimos moluscos; mas a excepção deplorável não claudica a generalidade. E, portanto:

Eu, e os meus amigos, mencionados acima, considerando que a candeia não deve estar muito tempo debaixo do alqueire, nem os talentos (dinheiro) soterrados vencem juro: e tendo nós outrossim, em muito afã e desvelo desafrontar a literatura pátria de injúrias com que estrangeiros e nacionais a desconceituam, desairando-a como pobre de romances, pela sua incapacidade inventiva — o que não só é malícia, mas até aleivosia: resolvemos escrever romances em que figurassem muitas pessoas nossas conhecidas, e outras, que viremos a conhecer no decurso desta meritória tarefa.

Pelo que, a mim, humilde entre os humildes apóstolos desta ideia lúcida, coube o quinhão de trabalho, que a posteridade me devolverá em gabos e aplausos, e o futuro Plutarco dos homens ilustres desta freguesia de Cedofeita, em que tenho a honra de morar, não deixará de consignar nos fastos gloriosos.

Disse.

## LEITURA

Ricardo Nobre

Centro de Estudos Clássicos – UL

1. Com o título *Cenas Contemporâneas*, da autoria de Camilo Castelo Branco, foi publicada uma série de textos em três volumes: *A Filha do Arcediago* (1854), *Cenas Contemporâneas* (1855) e *A Neta do Arcediago* (1856). O segundo volume, único que não consiste numa novela, é constituído por um conjunto de oito textos narrativos e dois dramáticos, publicados nos periódicos *O Portuense* (1853) e *A Concórdia* (1855). Da miscelânea destacou-se especialmente “A Caveira” (publicado no primeiro volume desta antologia) e o conto “Uma praga rogada nas escadas da força”. Saído originalmente no *Almanaque do Povo* de 1854, foi republicado, com acrescentos, em quatro números de 1855 de *A Concórdia*, até à sua fixação definitiva em *Cenas Contemporâneas*, que aqui se estabelece de acordo com a 2.<sup>a</sup> edição (1862, última revista pelo autor), tendo-se modernizado a ortografia e mantido a pontuação e formas arcaicas como “arripiar”, “arrobamento” e “escondrijo”.

Alexandre Cabral define “Uma praga rogada nas escadas da força” muito questionavelmente como “noveleta”<sup>1</sup>. De facto, continua uma *uexata questio* a classificação genológica da obra de Camilo. Alexandre Cabral e Maria Alzira Seixo, por exemplo, consideram que, no seu conjunto, a narrativa ficcional camiliana é constituída por “romances”, enquanto, por seu lado, Jacinto do Prado Coelho e Maria de Lourdes A. Ferraz, entre outros, falam de “novelas”. Nesta medida, Maria Alzira Seixo comenta que a designação “novela camiliana” coloca a obra do autor numa situação “de inferioridade em relação ao romance de Eça de Queirós”, acrescentando também que “a fixação numa diferente designação dos géneros em relação a cada escritor, passados trinta anos sobre a célebre e na altura oportuna distinção estabelecida por Jacinto do Prado Coelho, é, aliás, já de si suspeita, sobretudo se tivermos em conta que os abalos sofridos entretanto pelas estruturas romanescas obrigaram a pôr de lado ao menos essa rigorosa alusão modelar”<sup>2</sup>.

Já Camilo entendia por *romance* as “mentirosas invenções do escritor fantástico”, em oposição à história verdadeira, aos acontecimentos e verdades que são mencionados

nos seus textos. Esta questão, sobremaneira abordada em textos ensaísticos sobre o autor, tem especial importância num texto como “Uma praga rogada nas escadas da força”, pois este, juntamente com *Amor de Perdição*, é um paradigma de estudo da ficção camiliana, uma vez que ficcionaliza o mesmo acontecimento que aquela novela, mas de outra perspectiva.

Segundo o autor textual, a história deste conto é verdadeira, e por isso não deveria chamar-se “romance” — apesar de espantosos, os acontecimentos narrados sujeitam-se à força oculta da fatalidade, pelo que não deve haver “escrúpulo religioso ou filosófico em subordinar um encadeamento de infortúnios duma família à *praga rogada nas escadas da força*.” Compreensível no âmbito do intangível, “misticismo de providência oculta”, a fatalidade é uma problemática constante na ficção camiliana, na qual a vida plasma uma “luta com o Destino não raro inconciliável com a ideia de Providência”<sup>3</sup>.

2. A história central de “Uma praga rogada nas escadas da força” sintetiza, em traços largos, o enredo da maioria das novelas passionais de Camilo Castelo Branco, uma vez que no conto se manifesta uma tensão criada pelo confronto entre o livre sentimento amoroso e os interesses dos oponentes: estas personagens, habitualmente identificadas com figuras paternas, são movidas por interesses materialistas<sup>4</sup> ou de pundonor, enquanto aquelas são normalmente amantes considerados como vítimas do destino ou mártires, incessantemente sofredoras. A originalidade deste texto tem que ver, porém, com a inexistência de um par amoroso, pois o amor de Eulália não encontra correspondência em Bernardo (assim como Eulália não corresponde ao amor de João Leite), que se vê precipitado numa situação trágica de expiação de um crime que perpetrrou apenas em legítima defesa, pois que antes disso, como um mártir, sofreu as agressões verbais e físicas dos seus opositores.

Com efeito, no texto que antecede o primeiro capítulo, o autor textual refere-se a fenómenos de onde decorrem fases extraordinárias de sofrimento, estruturando a necessidade de sofrer, tendo a redenção como finalidade, em duas partes: resultantes de crime voluntário e sem qualquer culpa própria, apenas como expiação incessante da “culpa do homem, da família, e da sociedade.”<sup>5</sup> Aplicadas à família de Paulo Botelho, que teve um fim vergonhoso, estas palavras podem, ainda que tangencialmente, referir-se à morte de Francisco de Lucena, ocorrida no mesmo local onde fora erguida a força de Bernardo da Silva. É que “[a] vida sobre a terra é uma interminável expiação. Eu pago pelos crimes de meu pai, meus filhos expiarão meus crimes, e o último ser vivo da animalidade inteligente será o holocausto do primeiro homem criminoso.”

3. A estrutura do conto é análoga à das novelas: dividido em capítulos, “Uma praga rogada nas escadas da força” é introduzido por palavras proemiais, concluído por um “remate” (que funcionam como paratexto em que se questiona ou disserta sobre o fazer literário) e dividido em 15 capítulos, ao longo dos quais se narram eventos de forma sequenciada, “de modo a dar uma unidade de tragédia à história”<sup>6</sup>. No entanto, da tragédia, esta narrativa não recupera apenas a unidade de acção, mas dela retoma a consciência de um Destino funesto, com o qual é inútil lutar.

Como habitualmente ocorre nas narrativas camilianas, o tempo é linear, sem recuos, enquanto o espaço físico se confina à cidade de Viseu. No dizer de Jacinto do Prado Coelho<sup>7</sup>, o “espaço (...) é um acessório do tempo, a condição para a aventura, a peripécia (...), condição ainda para o cumprimento dum destino.” Quer isto dizer que, também neste conto, o espaço e o tempo não são categorias saturadas, dando-se relevo à acção. O espaço social é representativo de uma classe social ou profissional arrogante, desrespeitadora e corrupta, adquirindo o conto uma feição de crítica social muito marcada.

No que às personagens diz respeito, verifica-se aquilo que Maria de Lourdes A. Ferraz já observou: elas têm como “marca distintiva” o facto de “serem protagonistas da acção narrada”. Com efeito, delas não é, geralmente, descrito o interior, e nem sequer há descrições do seu físico<sup>8</sup>. Neste contexto, merece especial atenção o tratamento dado a Bernardo da Silva enquanto herói romântico, numa primeira parte do conto, e, depois, como mártir, uma vez descoberta a paixão que por ele nutria Eulália.

4. A apresentação e caracterização de Bernardo da Silva são feitas sumariamente ao longo dos primeiros capítulos: da sua vida são dadas as informações mais relevantes para a sua condição social, que será o motivo desencadeador da peripécia da história. A descrição do dia-a-dia de uma criança de 10 anos começa já a revelar a monotonia e tédio em que Bernardo vivia (repare-se nos pretéritos imperfeitos a confirmar a regularidade das acções); além disso, o seu desinteresse pela actividade profissional (pouco prestigiante), o desconhecimento dos antepassados e a incerteza no futuro tornam-no um herói romântico, a que não faltam as lágrimas nos momentos de incompreensão. No segundo capítulo, a imagem de um ser melancólico, que se refugia da sociedade, que ele “detestava sem saber porquê”, confirma Bernardo como alguém que vive excepcionalmente (“viver excepcional”, “Destacava-se da sua classe com ar orgulhoso”), de acordo com o “formulário romântico” e as “leis do estilo romântico” de que o narrador falava no início do conto. No capítulo IV, Bernardo é identificado com “os nossos poetas de aspirações ferventes e meditações profundas”,

sem ser “romanticamente parvo”, “uma alma como poucas, e uma tristeza inconsolável como nenhuma.”

A sua vida muda quando vai trabalhar como criado de tábua (ou seja, aquele que acompanha a carruagem do patrão na retaguarda) para casa de Francisco de Lucena, que é subtilmente identificado com o nobre que “se dignara descer” até à mãe de Bernardo, uma mulher do povo, “para honrá-la com desonra”, por meio da afirmação: “Nunca ninguém se lembrou de reputá-lo filho *d’alguém* [em vez de *enfeitado*]: nem Lucena se lembrou, alguma vez, de que um de seus muitos filhos, atirados à roda, podia ser seu laçao.” Por isso, o leitor suspeita de antemão de quem o enfeitado é filho, conferindo uma característica trágica ao conto: a comiseração<sup>9</sup> que o leitor sente pela personagem é acentuada pelo facto de o opositor ser, afinal, o seu pai.

A personalidade meditativa de Bernardo irá justificar o interesse dos amos por ele, e a conseqüente mudança de funções: passa a ser então “escudeiro do menino mais velho”, o que lhe deu a oportunidade de aprender a ler, mas não além do elementar.

A confiança que nele depositavam não estava subordinada à vida devassa que os filhos do fidalgo levavam, nem à cumplicidade que Bernardo lhes votava, mas pela “influência admirável sobre os nobres libertinos”, pois a inteligência do criado era superior: “Ouviam-no, e maravilhavam-se do acerto das suas ideias, e da linguagem escolhida com que o enfeitado se saía!” É a condição de enfeitado que cria, em Bernardo, “motivo de superstição naquela casa”, pelo “mistério” que encobria as incertezas do seu nascimento. De novo, Bernardo é posto em contraste com outros, singularizando-o.

Até ao final do terceiro capítulo, fica delineada a história de Bernardo, a sua personalidade, e a relação que tinha com a família para quem trabalhava. De facto, a introdução da história (o seu enquadramento, a apresentação e caracterização sistemática das personagens) termina com o terceiro capítulo, cuja frase final deixa já adivinhar o princípio da peripécia: “Tudo isto era possível; mas o que eles julgavam, entretanto, impossível, é o que vai ler-se.” Esta reflexão mostra o domínio que o autor textual tem das informações que presta.

5. No capítulo IV, começa a falar-se de Eulália, inserida no contexto familiar que já se descreveu: com 15 anos, é a única filha entre quatro irmãos. Sem ser “romântica” nem “douda”, era apenas mulher, “e nisto está dito tudo”. Nesta condição, “simpatizava com toda aquela tristeza, e com a figura” de Bernardo, acabando por passar “da doce simpatia ao amor abrasado, e do amor abrasado à paixão violenta”, mas que nunca é correspondida. E “Eulália desesperava-se!”

Sendo a única filha e a quarta na sucessão, Francisco de Lucena tem dificuldade em arranjar pretendente para Eulália a fim de “empurrar a filha para fora de casa”. Acaba por conseguir despertar o interesse de um burguês “negociante de alto bordo”. A intriga complexifica-se porque este não correspondia àquilo que Eulália procurava; “o pior era que o tal João Leite, noivo repelido, ficou amando desesperadamente D. Eulália.”

A recusa inabalável de Eulália contradiz a determinação do pai, para quem o comportamento da filha era uma vergonha, uma ferida no amor-próprio, um vexame, “porque era pôr em dúvida o seu poder paternal, e chamar-lhe fraco”. A jovem acaba por preferir entrar num convento, não sem antes — porque o “amor faz a mulher varonil”<sup>10</sup> — escrever uma carta ao pai, a Bernardo e a João Leite. É o conjunto de cartas que desencadeia a peripécia central do conto, pois nelas está contida a verdade, funcionando como elemento de revelação, ainda que o nome de Bernardo não seja logo desvendado. Acreditando no pai, a jovem acaba por trair a intenção de não comprometer o amado: “Declarou o nome... o nome de quem? o nome, sem nome, do enfeitado, do aprendiz de alfaiate, do laçao, do escudeiro!...” A reacção enérgica de Francisco de Lucena contrasta com o comportamento que teve momentos antes da revelação: “Fez-se sentimental”, ou seja, fingiu ser aquilo que não era, o que diz bem da sua personalidade, ao contrário da sua filha, de natureza inexperiente.

As referências à reacção de Lucena recordam um animal feroz, sem o domínio da Razão, que procurava uma vítima: “salto de tigre”; é indirectamente comparado a um “lobo com as fauces vermelhas e as unhas recurvas”; “raiva superior à fúria dum demente”. Em oposição, ao ser agredido, Bernardo mantém uma tranquilidade inabalável: o seu sangue é inocente e “não pronunciava uma só palavra durante este infernal martírio”; além disso, o seu sorriso é comparado ao dos anjos e a sua alma é referida como eleita por Deus “para a santidade da bem-aventurança”.

6. No capítulo IX, são introduzidas duas novas personagens: a ama da roda que havia tratado de Bernardo como mãe, e o juiz de fora Paulo Botelho. Deve reparar-se que neste capítulo se inicia um processo judicial que tem em vista a punição de Bernardo; também notável é o facto de não haver crime para punir, como se infere não só dos eventos narrados, mas sobretudo do vocabulário com que Bernardo é caracterizado nos capítulos VIII (“inocente”, “martírio”, “santidade da bem-aventurança”) e IX (“honrado”, “inocência”, “injustiça”, “maltratado”, “perseguido”). Ainda a este propósito, é assinalável o pundonor de Bernardo, em contraste com o perfil infame e corrupto de uma personagem que, até pelas funções que exerce, deveria ser moralmente

correcto (o que justifica a interpretação do conto também como crítica social). Assim, Paulo Botelho age traiçoeiramente e “finge-se” (ou seja, “representa ser”), sem pretender de facto encontrar a verdade<sup>11</sup>.

As afrontas de que Bernardo é vítima conhecem o ponto máximo na cena em que João Leite o confronta à saída da casa do juiz de fora. O diálogo que mantêm, de frases curtas, enérgicas e cheias de interrupções (note-se a este propósito a abundância de reticências), plasma o aumento da tensão entre as personagens, até à recusa de João Leite em aceitar que Bernardo afirme ter um carácter. O narrador, por seu lado, não deixa de denegrir, como em outras situações, o adversário do seu herói: é que, se Bernardo é enfeitado, que age com dignidade e faz “uma continência respeitosa para retirar-se”, João Leite demonstra um “ar de soberano desprezo”, ri “com desprezo” e é descrito como “fidalgo em projecto”. É assim perceptível uma enorme diferença entre o modo como o narrador caracteriza Bernardo e o modo como ele é visto pelas personagens oponentes (“sevandija”, “bandalho”, “réptil”, etc.).

Profundamente desrespeitado, Bernardo apenas agride João quando é agredido, ou seja, em legítima defesa<sup>12</sup>; ferido, o moço “vacilou um instante na resolução que se debatia entre o homicídio e o perdão. Venceu o primeiro. Aquele punhal tinto de sangue inocente, pela segunda vez, derramado, entrou no coração de João Leite, e matou-o.”

Tal como Simão Botelho, de *Amor de Perdição*, Bernardo aceita o cárcere como pena do seu (agora, sim) crime, ao mesmo tempo que o narrador atenua a sua culpa, ao recordar que o sangue dele havia sido inocentemente derramado duas vezes.

A perseguição por parte dos seus inimigos continua: a cupidez de vingança de Paulo Botelho é sentida pela motivação diária de “escrever uma sentença de força”. Sem depoimentos favoráveis, Bernardo era protegido por um velho, que surge misteriosamente na história e que só mais tarde se virá a saber ser seu avô. Eulália tenta fazer-se ouvir em juízo, sem sucesso (“Não lhe admitiram o seu depoimento”). A verdade é assim calada, enquanto a intriga urdida pelos opositores toma proporções desmesuradas, até ao ponto em que a jovem declara publicamente as culpas, mas o seu discurso foi ouvido também como resultado de uma demência. Com efeito, no capítulo XI, devido ao martírio em que vivia, Eulália revela sinais de loucura: “com cabelos em desordem, com as faces chamejantes de febre, com os olhos embriagados de delírio, e com o coração a estalar-lhe de uma dor que a endoudecia.” Estes sinais, assim somatizados, decorrem de um processo de intenso martírio sentido por diversas personagens camilianas (assim vemos acontecer com Maria da Glória e Leonor, de *O Romance dum Homem Rico*, Teresa, de *Amor de Perdição*, Carlota Ângela, da novela que

recebe o seu nome, entre outras). A corporização do sofrimento manifesta-se principalmente num rápido envelhecimento das feições outrora jovens, ou, como no caso de Eulália, aproximam as personagens de cadáveres: “ferida de morte, era um cadáver que se movia”, “tinha tocado o ponto culminante da morte, ou de alienação irremediável”.

Acompanhando o percurso de Eulália do convento, percorrendo as ruas, até ao “salão onde fora lavrada a sentença do cadafalso para Bernardo da Silva”, o espaço físico e psicológico vai mudando: do ambiente religioso em que se grita a verdade (e onde o povo pensa poder salvar o enfeitado), o leitor é transposto para o local onde se decidiu o crime e onde se esconde a verdade. Apesar da coragem demonstrada, a loucura não permite a Eulália articular o mesmo discurso que proferiu antes: “Inocente! Inocente! — eram os gritos únicos, as derradeiras palavras que os lábios daquela mulher tinham de proferir.” Debalde.

Uma nova personagem surge no capítulo XII: Pedro Leite, o pai de João, declara em tribunal que perdoa a Bernardo porque este “Matou defendendo-se dum agressor infame! (...) Sou parte, e declaro inocente o réu!” Ainda assim, emerge o verdadeiro motivo para a acusação de Bernardo (ou seja, o narrador *desculpa* totalmente a personagem do verdadeiro crime de que é culpado): “castigar a afronta que recebeu um nobre, feita por um laiaio que ousou levantar os olhos de amante para sua filha!” O leitor sabe já que estas palavras não correspondem à verdade — e Eulália, mais uma vez, não consegue demonstrar a inocência do amado.

A imagem de Bernardo enquanto mártir, no momento em que se dirige para a força, espelha bem a caracterização que dele tem sido feita: um justo mas injustiçado, honrado e digno da bem-aventurança.

De novo, como antes se viu acontecer com Eulália, uma personagem emerge da multidão: Pedro Leite, “que devia representar um principal papel naquele festim de lei.” Com esta observação, dinamiza-se uma isotopia relacionada com a aparência, pois as personagens são figuras de teatro que fingem, representam e inventam acusações para que Bernardo seja observado como mártir que irá morrer inocentemente: encena-se desta maneira a morte de um inocente.

As indagações do narrador sobre a personalidade de Pedro Leite são indicativas dos “Fenómenos ocultos da Providência” que regem o ser humano. De facto, ele não só considerou Bernardo inocente como foi “pedir o seu perdão à barra do patíbulo”, “pedir o seu perdão nas escadas da força”. Bernardo, como Cristo, perdoou.

Da multidão surge, então, uma outra voz, e ao leitor é apresentado novamente o velho protector de Bernardo. É a única figura que conhece a verdade sobre o

nascimento do desgraçado<sup>13</sup>. Tal como antes havia sido sugerido, Bernardo é filho bastardo de Francisco de Lucena. Esta revelação explica a construção da narrativa na medida em que Bernardo não poderia ter retribuído o amor de Eulália, sem que surgisse o risco da consumação do incesto, pois é seu irmão. Fica assim sem qualquer sentido a acusação sustentada por Paulo Botelho.

É de estranhar, por outro lado, o silêncio que o narrador guarda quanto à actuação de Francisco de Lucena durante o processo judicial do filho.

A história do enjeitado Bernardo da Silva termina no capítulo XV, quando, nas escadas da forca, como um anjo da morte, roga uma praga ao juiz de fora. Tal como na tragédia grega, em que as cenas de sangue não são representadas em palco, neste conto o enforcamento não é descrito, havendo sobre ele o silêncio que no texto é marcado por linhas pontilhadas. É o silêncio do não-comentário num texto.

7. Como outros textos camilianos, “Uma praga rogada nas escadas da forca” apresenta uma conclusão, onde se narra o destino das personagens: Eulália, Francisco de Lucena (que não passou por um processo de expiação da culpa, mas sim pelo remorso) e Paulo Botelho e sua família (a mulher e as três filhas são referidas pouco elogiosamente no capítulo XI). A cada uma cabe apenas um parágrafo, de apenas uma frase em alguns casos. Essa brevidade cortante, sem juízos de valor, deixa ao leitor a tarefa de pensar na justeza de tais destinos, principalmente depois de se confirmar a personalidade corrupta do juiz de fora (cap. X: “a sua alma fora cerrada pela mão corrupta do ouro”, cap. XII: “O juiz era o algoz moral criado pelo ouro”, conclusão: “pecúlio de cinquenta mil cruzados, que guardava em uma quinta nas vizinhanças de Vila Real”).

A praga: “Que a justiça de Deus se cumpra na presença dos homens!”, rogada nas escadas da forca por Bernardo da Silva, cumpriu-se, tal como se cumpriu o presságio do autor textual, que dissertou sobre a culpa que o ser humano tem de expiar: “A praga do justicado nas escadas da forca teve o seu complemento no género de morte que a última pessoa daquela família se dera.” Esta ideia é confirmada pela citação infiel do texto bíblico “Forca por forca”, que termina o conto. Assim se cumpriu a lei de Talião e se fez vingança, mas sobretudo, se expiou um crime, não só por quem o perpetrou, mas por toda a sua descendência.

Na conclusão, apresenta-se também o destino de uma figura que não havia sido referida em toda a história nem nela desempenhara papel activo: Simão Botelho, a quem o pai sentenciou à forca, tendo a pena sido “comutada em degredo perpétuo”. Trata-se, evidentemente, do mesmo Simão de *Amor de Perdição*, facto de que Ernesto Rodrigues<sup>14</sup> não faz menção, apesar da importância que esta figura real tem no imaginário camiliano.

Jacinto do Prado Coelho soube ver isso claramente na sua obra *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*<sup>15</sup>.

A juntar a isto, a alegação da verdade dos factos narrados, bastante comum nos textos camilianos, complexifica a relação verdade-ficção, questão que tem levantado tanto interesse por parte dos críticos de Camilo<sup>16</sup>. Os eventos narrados neste conto como verídicos podem encontrar-se, alegadamente, em “alguns cartórios de Viseu a sentença pronunciada entre 1776 e 1780.”

Também relevante é o facto de, no “remate”, o autor textual fazer declarações sobre o seu labor (“meritória tarefa”) numa manifestação de ironia romântica. Declarando-se entre os literatos, poetas e jornalistas, arroga-se personagem de um futuro Plutarco (historiador grego autor de biografias paralelas de personalidades gregas e romanas, cujo objectivo era legar à posteridade o conhecimento dessas figuras ilustres) de Cedofeita, em combate contra Catões (referência a Catão Censor, figura da história romana, famoso pela crítica continuada do presente corrupto, enquanto exaltava o passado e a sua moral; dos seus escritos fazem parte sugestões alimentares para que não se inquiete “a sadia tranquilidade dos intestinos”) que gostam de propagar e ver moralidades em todas as histórias. O seu princípio é simples: escrever ficções (“romances”) para dotar a “literatura pátria” delas, enquanto responde às necessidades do público (“É necessário escrever, visto que há leitores”) e às suas próprias preocupações financeiras: “a candeia não deve estar muito tempo debaixo do alqueire, nem os talentos (dinheiro) vencem juro”.

## NOTAS

<sup>1</sup> A. Cabral, “Cenas Contemporâneas”, *Dicionário de Camilo Castelo Branco* (2.ª ed., Lisboa: Editorial Caminho, 2003), 211.

<sup>2</sup> M. A. Seixo, *O Rio com Regresso: ensaios camilianos* (Lisboa: Editorial Presença, 2004), 15.

<sup>3</sup> J. P. Coelho, “Castelo Branco, Camilo”, *Dicionário de literatura: literatura portuguesa, literatura brasileira, literatura galega, estilística literária* (4.ª ed., Porto: Figueirinhas Editora, 1994), 162.

<sup>4</sup> S. Martins, “Viagens e Paixão Funesta no Romanesco Camiliano” in *Camilo: leituras críticas* (Porto: Edições Caixotim, 2003), 203.

<sup>5</sup> C.f., a este propósito, A. J. Saraiva e Ó. Lopes, *História da Literatura Portuguesa* (17.ª ed., Porto: Porto Editora, 2001), 791.

<sup>6</sup> M. L. A. Ferraz, “Castelo Branco, Camilo (Ferreira Botelho)” in H. C. Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português* (Lisboa: Editorial Caminho, 1997), 82.

<sup>7</sup> J. P. Coelho, *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* (3.ª ed., Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001), 396-97.

<sup>8</sup> J. P. Coelho, *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, 400-403.

<sup>9</sup> Para Aristóteles, o medo (*phóbos*) e a comiseração (*éleos*) provocam no espectador da tragédia a catarse das emoções (*Poética*, 1449b 27).

<sup>10</sup> “O sofrimento alia-se ao amor para transfigurar os heróis da novela”, como diz J. P. Coelho, *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, 368, que acrescenta: o “amor depura e transfigura” (367). Um caso evidente desta transformação é o de Simão, de *Amor de Perdição*, que de delinquente se transforma em herói romântico por causa de Teresa. Na mesma novela, sobre Teresa se diz que “[é] mulher varonil, tem força de carácter, orgulho fortalecido pelo amor” (cap. 4).

<sup>11</sup> Recorde-se o que foi antes dito sobre a personalidade de Francisco de Lucena, que concorre para a caracterização negativa dos oponentes dos heróis da história.

<sup>12</sup> Mais uma vez, a comiseração do leitor é, tal como na tragédia, aumentada por um contraste tão vincado entre o comportamento das duas personagens.

<sup>13</sup> A verdade é novamente calada e o seu efeito é nulo contra a corrupção dos adversários de Bernardo.

<sup>14</sup> E. Rodrigues, “Cenas Contemporâneas, 1855” in M. L. A. Ferraz (coord.), *Dicionário de Personagens da Novela Camiliana* (Lisboa: Editorial Caminho, 2002), 175.

<sup>15</sup> J. P. Coelho, *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana*, 219, 441, 442, 443, 446.

<sup>16</sup> M. J. P. do Amaral, “Camilo: romance e verdade ou a verdade do romancista”, *Românica: revista de literatura*, 1-2 (1993), 245-259.